

Vistoria descobre escassez e desperdício de remédios na FHS

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 20 de fevereiro de 2014

Para piorar situação, milhares de medicamentos vencidos, inclusive antibióticos, estavam armazenados em uma sala

Fabio Brito

Representantes do Ministério Público Estadual (MPE), Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (Sindimed), Conselho Regional de Medicina (Cremese), Conselho Regional de Enfermagem (Coren-SE) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SE) realizaram uma visita surpresa, na manhã de ontem, 19, a Central de Logística e Suprimentos da Fundação Hospitalar de Saúde (Celog/FHS), local onde são armazenados os medicamentos e materiais médicos que são disponibilizados para as unidades de saúde do Estado, e ficaram chocados com a escassez de medicamentos, principalmente antibióticos de primeira necessidade.

Comerciais institucionais lançados neste mês de fevereiro pelo Governo do Estado alegam investimentos de R\$ 10 milhões em medicamentos para a saúde pública de Sergipe, os quais garantiriam o abastecimento por vários meses, evitando a falta desses itens nas unidades hospitalares de todo o Estado. Tal ideia também foi levada pela FHS ao MPE em uma audiência que aconteceu há poucas semanas.

“

O direito à vida do cidadão está sendo jogado fora”

Maria Angélica |
Representante da OAB/SE

com prazo de validade a vencer em fevereiro de 2014 (este mês). E o pior de tudo, milhares de medicamentos vencidos, inclusive antibióticos, estavam armazenados em uma sala nos fundos do Celog.

A descoberta do material para descarte causou indignação em muitos dos presentes, como a representante da Comissão de Saúde e Direitos Humanos da OAB-SE, Maria Angélica Rezende. “É o direito à vida do cidadão sergipano que está sendo jogado fora. Além da falta de medicamentos, que pacientes estão hoje precisando com urgência, aqueles que deveriam ser utilizados para o tratamento dessas pessoas estão aqui com prazo de validade vencido. Precisamos encontrar a origem desse desperdício”, declarou a advogada.

tos para os pacientes, apesar de o governo anunciar os investimentos e de que nada mais estava em falta”, afirmou.

João Augusto disse que devido à falta de antibióticos de primeira indicação, pacientes estão sendo tratados com medicamentos mais fortes do que o necessário, o que pode acarretar prejuízo a sua saúde. “Os médicos estão sendo obrigados a passar para os seus pacientes, medicamentos de maior amplitude, ou seja, que deveriam ser utilizados para uma necessidade mais grave. São várias as prateleiras que estão vazias, sendo que foi anunciado que estava garantido o abastecimento de três a quatro meses. É impossível prateleiras, que até poucos dias eles alegaram que estavam lotadas, se encontrarem agora sem nada. Foi uma visita surpresa e o governo não teve como maquiagem”, destacou.

• MPE

A promotora Euzá Missano, disse que “infelizmente o que nós pudemos constatar é que os medicamentos estão sim, em falta. Todas as denúncias que chegaram ao Ministério Público serão apuradas e instauraremos um Inquérito Civil para apurar mais uma vez essa irregularidade. Já existe uma Ação Civil Pública movida desde 2012, na qual o MPE já informava a autoridade julgadora

O problema é que, apesar de toda a alegação do governo da garantia do abastecimento, as reclamações quanto à falta de medicamentos básicos no Hospital Governador João Alves Filhos (HGJAF) e nos hospitais regionais, não paravam de chegar ao MPE. Fato que fez com que a promotora de Justiça, Euza Missano, marcasse essa visita surpresa ao Celog com as entidades de classe citadas acima.

Lá, além da falta dos remédios, foi comprovada a compra de um lote de medicamentos

• Maquiagem

De acordo com o presidente do Sindimed, João Augusto Alves, a visita surpresa foi de extrema importância, pois não deu tempo para que a FHS fizesse qualquer coisa para mascarar o problema. "A promotora havia desconfiado que as informações levadas pela Fundação em audiência não 'batiam'. Houve a denúncia de uma maquiagem da falta de medicamentos aqui no Celog, e as reclamações dos profissionais de saúde que estavam sofrendo sem os medicamen-

desse problemas", lembrou.

Também no comercial do governo, veiculado nas mídias, é exposto que um novo sistema informatizado de controle de medicamentos já foi implantado, porém o que foi visto pela Promotora, é que nem isso está funcionando como deveria. "Nós podemos verificar que o Sistema informatizado não está operando 100% e tudo aquilo que não é organizado, ele entra neste tipo de situação de descontrole. Existe um sistema que está sendo implantado, e o Ministério

Público precisa saber quando ele estará funcionando em plenitude. Precisamos ter o domínio do que existe e iremos verificar o porquê do descarte de tantos medicamentos. A realidade que vimos aqui é lamentável, porque as pessoas estão sofrendo por falta de antibióticos", completou.

• FHS

O diretor de Operações da Fundação Hospitalar de Saúde, Wagner Andrade, negou a falta de medicamentos. "Não foi constatado que não existem os medicamentos. Na verdade, qualquer um pode ver que no depósito nós temos materiais e medicamentos. O que há é um consumo das unidades, que obriga uma reposição semanal. Eventualmente, alguns materiais têm uma logística que atrasa, mas podemos comprovar aqui que as compras foram feitas. Estamos entregando ao MPE todos os documentos de compra, de chegada de estoque, daquilo que falta chegar, o que está

sendo entregue para o HGJAF e para as unidades regionais. Os antibióticos têm uma logística diferenciada. Nós não podemos armazenar uma grande quantidade de antibióticos, pois o espaço tem que ser refrigerado, e dependemos da logística de entrega das empresas. Já o medicamento comprado com datas de validade para fevereiro trata-se da Sivastatina, que é um remédio que é utilizado para a redução dos índices de colesterol, ou seja, não é uma medicação de urgência e emergência", concluiu.

• Validade

A Fundação Hospitalar de Saúde esclarece que as duas salas visitadas pela representante do Ministério Público de Sergipe, na tarde de ontem, ficam isoladas do almoxarifado central, onde se encontram as medicações dentro da validade para utilização.

Essas salas contêm, na sua grande maioria, apenas materiais e insumos que são resultado de doações de prefeituras

aos Hospitais Regionais e que estavam com curto prazo de validade. Estes foram utilizados até o período de validade e vencendo o prazo foram recolhidos para o descarte na Celog. A FHS informa, ainda, que todos os insumos, materiais e medicamentos estão catalogados com as referências de suas origens e existe um processo licitatório concluso para que uma empresa faça a devida incineração desse material.

"Toda Central de Logística prevê esse tipo de espaço, criado exatamente para a guarda de medicamentos vencidos. A Vigilância Sanitária Estadual orienta que as unidades hospitalares podem dispensar os medicamentos até o prazo da validade. A partir dessa data de vencimento, eles devem ser recolhidos e levados para o espaço específico, já previsto na estrutura da Central de Logística (Celog), onde serão catalogados para incineração", afirma Antônio de Pádua Pombo, diretor da Vigilância Sanitária Estadual.